

SERÁ QUE O TERMO SUSTENTABILIDADE NÃO SURTIU PARA MANTER, NO ESPAÇO DE TEMPO, A IDÉIA DE DESENVOLVIMENTO HEGEMÔNICO?

Norberto Luiz Marques Andersson – UFPel

Mauro Fernando Ferreira – UFPel

maurofernandoferreira@yahoo.com.br

Mário Conill Gomes – UFPel

mconill@gmail.com

Nander Ferraz Hornke – UFPel

nandehornke@gmail.com

Eixo 3: – Soberania alimentar, agroecologia e educação ambiental (debate teórico, experiências práticas).

Resumo: Hoje em dia, a palavra “SUSTENTABILIDADE”, apresenta-se e é aceita como contraponto à “INSUSTENTABILIDADE”. Algumas pessoas falam, comentam, tentam explicar, tomam maior ou menor partido, fazem ligação com a soberania alimentar, com a agroecologia, com o respeito ao ambiente onde vivemos e inclusive descobrem desdobramentos com outras atividades. Algumas outras ainda não possuem um conceito formado sobre tudo. As mais cautelosas, procuram ler mais sobre o assunto, refletir, procurar entender, descobrir correlações fundamentadas em pesquisas e em experiências práticas. Uma palavra que conceitua uma ampla gama do conhecimento, não poderia tornar-se banal quando falamos e escrevermos sobre artigos vinculados ao global. Devemos saber que o global não caracteriza corretamente os diversos nichos de estudo, pois cada nicho apresenta as suas particularidades e características que são fundamentadas em conceitos culturais, ambientais, sociais e econômicos. O que é bom e suficiente para uma região, pode não ser bom e suficiente para outra região de estudo. Tentando averiguar se o termo “SUSTENTABILIDADE” não surgiu para manter no espaço de tempo, a idéia de Desenvolvimento Hegemônico, base econômica, na forma como se apresenta hoje em dia, sem tentar esgotar o tema, chegamos bem perto de afirmar que sim, pensando em conformidade com alguns autores.

Palavras chaves: soberania, agroecologia, educação

Problemática

Antes de iniciarmos a análise crítica de sustentabilidade, com relação ao descrito pelos autores, devemos entender que a “SUSTENTABILIDADE” pode estar relacionada diretamente com o local de estudo da pesquisa, bem com a culturabilidade da região, ao levar em conta na história, o resgate do modo como foi à introdução da etnia que hora vive, trabalha, explora e se diverte no local. Para tanto Andersson et al (2010) já menciona quando relata que alimentos oriundos de atividades agrícolas familiares e processados em agroindústrias pela própria família, por se constituir a partir

de motivações mais comuns, tem como no aproveitamento de excedentes e na agregação de valor, um produto final que obtém alta qualidade ambiental, função das técnicas produtivas baseadas em princípios que respeitam as relações de equilíbrio homem/natureza. Neste caso o estudo teve como base o Assentamento Conquista da Liberdade, em Piratini-RS, onde as pessoas que invadiram o local e fincaram o pé, vieram do norte do Rio Grande do Sul, trazendo uma cultura fundamentada na pequena propriedade agrícola familiar, que apresenta uma sustentabilidade baseada na segurança alimentar, através da diversificação da produção e agregação de valor no produto final, bem como através da agroindustrialização, para terem condições de disponibilizar para os mercados, produtos diferenciados, principalmente relacionados com o saber fazer. Para isso, os agricultores familiares procuram instalar uma policultura como contraponto a possível insustentabilidade derivada da monocultura, dentro da ótica da agricultura de base familiar.

As características dos agricultores familiares da região estão baseadas, conforme Lavoratti (2002), também, em uma identidade sócio-cultural e econômica específica. “Identidade ao mesmo tempo resultado e plasmadora de um modo de vida particular, que caracteriza sua relação com o meio social e ambiental e, portanto, com a reprodução da vida”. Essas características identificam-se através das práticas religiosas, na organização do trabalho e no sistema de produção, que se orienta, principalmente, pela lógica de subsistência familiar.

Ainda conforme a mesma autora, os depoimentos dos agricultores da comunidade mostram que 58,57% acreditam que, frente à atual condição da agricultura no país, é mais importante produzir para a família do que para o mercado, embora, em outros momentos históricos, já tenham produzido para o mercado. Outros (32,14%) alegam que se pudessem conciliar o atendimento das necessidades de consumo da família com a produção de alguns itens para a comercialização seria ideal, pois, com a renda das vendas, poderiam adquirir outros produtos que não possuem na unidade agrícola.

Desenvolvimento

O que é sustentabilidade?

Sustentabilidade é um conceito sistêmico, relacionado com a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana. Propõe-se a ser um meio de configurar a civilização e atividade humanas, de tal forma

que a sociedade, os seus membros e as suas economias possam preencher as suas necessidades e expressar o seu maior potencial no presente, e ao mesmo tempo preservar a biodiversidade e os ecossistemas naturais, planejando e agindo de forma a atingir pró-eficiência na manutenção indefinida desses ideais. A sustentabilidade abrange vários níveis de organização, desde a vizinhança local até o planeta inteiro. (Portal da Sustentabilidade – 2012).

Sustentabilidade é a habilidade de sustentar ou suportar uma ou mais condições, exibida por algo ou alguém. É uma característica ou condição de um processo ou de um sistema que permite a sua permanência, em certo nível, por um determinado prazo. Ultimamente este conceito, tornou-se um princípio, segundo o qual o uso dos recursos naturais para a satisfação de necessidades presentes não pode comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras, o que requereu a vinculação da *sustentabilidade no longo prazo*, um "longo prazo" de termo indefinido, em princípio.

Sustentabilidade também pode ser definida como a capacidade do ser humano interagir com o mundo preservando o meio ambiente para não comprometer os recursos naturais das gerações futuras. É um conceito que gerou dois programas nacionais no Brasil. O Conceito de Sustentabilidade é complexo, pois atende a um conjunto de variáveis interdependentes, mas podemos dizer que deve ter a capacidade de integrar as Questões Sociais, Energéticas, Econômicas e Ambientais.

Com a finalidade de preservar o meio ambiente para não comprometer os recursos naturais das gerações futuras, são listadas três questões:

- Questão Social: Sem considerar a questão social, não há sustentabilidade. Em primeiro lugar é preciso respeitar o ser humano, para que este possa respeitar a natureza. E do ponto de vista do ser humano, ele próprio é a parte mais importante do meio ambiente.

- Questão Energética: Sem considerar a questão energética, não há sustentabilidade. Sem energia a economia não se desenvolve. E se a economia não se desenvolve, as condições de vida das populações se deterioram.

- Questão Ambiental: Sem considerar a questão ambiental, não há sustentabilidade. Com o meio ambiente degradado, o ser humano abrevia o seu tempo de vida; a economia não se desenvolve; o futuro fica insustentável.

- O princípio da sustentabilidade aplica-se a um único empreendimento, a uma pequena comunidade (a exemplo das ecovilas), até o planeta inteiro. Para que um empreendimento humano seja considerado sustentável, é preciso que seja

ecologicamente correto, economicamente viável socialmente justo culturalmente diverso. (Sustentabilidade – 2012).

Define-se por Desenvolvimento Sustentável um modelo econômico, político, social, cultural e ambiental equilibrado, que satisfaça as necessidades das gerações atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades. Esta concepção começa a se formar e difundir junto com o questionamento do estilo de desenvolvimento adotado, quando se constata que este é ecologicamente predatório na utilização dos recursos naturais, socialmente perverso com geração de pobreza e extrema desigualdade social, politicamente injusto com concentração e abuso de poder, culturalmente alienado em relação aos seus próprios valores e eticamente censurável no respeito aos direitos humanos e aos das demais espécies.

Segundo Gonçalves (2006), 20% dos habitantes mais ricos do planeta, consomem cerca de 80% das matérias primas e energia produzida anualmente, portanto nos deparamos diante de um modelo limite. Afinal, seriam necessários cinco planetas para oferecermos a todos os habitantes da terra o mesmo estilo de vida vivido pelos ricos dos países ricos somado pelos ricos dos países pobres que, em boa parte, é pretendido por aqueles que não partilham esse estilo de vida atualmente. Isto fortalece a idéia de como é frágil falar em sustentabilidade nos dias de hoje, principalmente se globalizarmos o conceito de sustentabilidade.

Confiar dessa maneira no crescimento caracterizado pelo modo de consumir, pode trazer problemas no ecossistema circundante, quando a expansão da economia começar a afetar e sacrificar o capital natural, como peixes, minerais e petróleo que possuem um valor bem maior, o crescimento deseconômico irá produzir um mal bem mais rápido do que um bem, tornando-nos mais pobres e não mais ricos.

Nos locais onde existe terreno fértil para a instalação de grandes empresas e suas tecnologias avançadas que são caracterizadas por elevada inflexibilidade administrativa e grande poder financeiro, conforme Woortmann (1992), os próprios autóctones ficam numa condição de submissão frente a este aparato que provoca desequilíbrios estruturais em suas vidas, socialmente, ambientalmente e por que não dizer culturalmente, pois eles perdem a referência de suas vidas simples. Os que ficam são tragados, enquanto alguns outros são excluídos para outros locais mais distantes. Também Oliveira (2002), nos fala nestes termos, quando escreve que a industrialização não gera unicamente aumento

da renda, mas também provoca o distanciamento na qualidade de vida das pessoas, pois estimula a destruição e a poluição, alienando o ser humano.

Com relação à instalação de grandes firmas multinacionais, é notório o que o surgimento da sustentabilidade tem feito com as grandes empresas. Desde que a reunião das práticas em prol de um mundo mais saudável se solidificou, as empresas dividem-se em realizar um trabalho mais econômico, que garanta um futuro menos impactante ao planeta, ou continuar com suas produções mais exacerbadas, que visam o crescimento e o lucro rápidos sem se importar com o futuro, portanto a implantação deste tipo de economia precisa especificar exatamente o que deve ser sustentado de um ano para outro. Os entendidos listam cinco grandezas de peso: PIB (Produto interno Bruto), Rendimento da empresa, Capital natural somado com o capital produzido pelo homem e a Utilidade do empreendimento. Explicando cada uma em separado, temos que algumas pessoas pensam que uma economia sustentável, deveria manter a taxa de crescimento do PIB, que a utilidade diz respeito a satisfação de necessidades que pode ser comparada com o nível de bem estar do povo em geral, que os recursos naturais pode-se medir seu rendimento através da transformação em produtos úteis e após descartando-os de volta ao ambiente e o capital natural sendo limitado, pode ser substituído pelo capital produzido pelo homem, através do somatório de ambos. Esta idéia tenta incutir que o crescimento não sustentável de uma região, poderia ser transformado em desenvolvimento sustentável.

Quando Silva (2010) menciona que o ato de impor preços aos recursos naturais não oferece nenhuma garantia de sustentabilidade de tais recursos (contaminação do ar e poluição do ar) ou bens, realmente não oferece, mas com relação à palavra preço, isto vai a favor da proposta de Fonseca e Bursztyn (2007), onde ao invés de escrever preço, é colocada a palavra valor dos recursos naturais, sendo que desta forma fica mais bem entendido esta relação. Ainda segundo Silva (2010), o tema da sustentabilidade econômica impõe-se com força, como sinônimo de ajustes econômicos, privatizações e de reformas sociais, indo de encontro com o que escrevem, bem como também concordam, na continuação, Fonseca & Bursztyn (2007), quando afirmam que o desenvolvimento sustentável desponta como alternativa ao desenvolvimentismo e possui legitimidade social. Sobre este tema Leff (2002), também concorda, quando escreve que a transição para a sustentabilidade e a segurança ecológica está sendo deixada aos desígnios do mercado mais que a construção de alternativas baseadas em estudos prospectivos.

Portilho (2005), quando escreve que se criam grandes investimentos e políticas voltadas para novas tecnologias e técnicas de produção limpa, ecoeficiência e produtos verdes, para reduzir os impactos ambientais do sistema de produção capitalista, também concordam que o poder econômico está tomando conta do termo sustentabilidade e se pelas propostas de consumo verde, de acordo com Moura (2007), o consumidor é o principal agente de transformação, pois suas demandas estimulam a modernização ecológica das indústrias, então o mercado ecológico está em vias de ser consagrado como base econômica sustentável.

Observando o que escreve Costabeber, J. A. & Caporal, F. R. (2002), o crescimento econômico passa a ser contrastado com a noção de sustentabilidade e se difunde a idéia de que, para ser *sustentável*, o desenvolvimento necessita compatibilizar crescimento econômico, distribuição da riqueza e preservação ambiental, tarefa considerada por muitos como inviável ou mesmo impossível. Conforme essa orientação, o “desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades”. Esta definição encerra em si outros dois conceitos fundamentais: o conceito de *necessidades*, em particular as necessidades essenciais dos pobres, as quais se deveriam outorgar prioridade preponderante; e o conceito da idéia de limitações impostas pelo estado da tecnologia e a organização social entre a capacidade do meio ambiente para satisfazer as necessidades presentes e futuras. O desenvolvimento sustentável implica, ademais, uma transformação progressiva da economia e da sociedade, aumentando o potencial produtivo conceito nos traz reside na palavra *necessidades*, que, por ser uma construção social, varia segundo as pessoas e a sociedade em que vivem.

Continuando, eles mencionam que na perspectiva multidimensional proporcionada pela Agroecologia, então, construção de contextos de agricultura sustentável, pressupõe um tratamento mais equitativo a todos os atores envolvidos, buscando-se uma melhoria crescente e equilibrada daqueles elementos ou aspectos que expressam os incrementos positivos em cada uma das seis dimensões da sustentabilidade (ecológica, social, econômica, cultural, política e ética). Dito de maneira breve e assumindo a centralidade da Agricultura Familiar nos processos de Desenvolvimento Rural, poderíamos afirmar que, como resultado da aplicação dos princípios da Agroecologia pode alcançar *estilos de agricultura de base ecológica* e, assim, obter *produtos de qualidade biológica superior*. Mas, para respeitar aqueles

princípios, esta agricultura deve atender *requisitos sociais*, considerar *aspectos culturais*, preservar *recursos ambientais*, apoiar a *participação política* dos seus atores e permitir a obtenção de *resultados econômicos* favoráveis ao *conjunto da sociedade*, numa *perspectiva temporal de longo prazo* que inclua tanto o presente como as futuras gerações (*ética da solidariedade*).

Se forem feitos os ajustes necessários para que tenhamos uma economia sustentável, nossos descendentes herdarão um mundo menos poluído, com mais peixes, combustíveis fósseis e outros recursos naturais que possam garantir nossa subsistência como cidadãos sem sacrifício do bem estar pessoal, que vale mais do que os bens produzidos.

Para serem relevantes, as políticas de governo para a sustentabilidade têm de ser capazes de redirecionar o curso dos eventos econômicos de tal maneira que as atividades destroem capital natural ou dissipam recursos renováveis, perturbando os correspondentes ecociclos, sejam freadas. Por outra parte, as atividades que causarem pequenas perturbações ou que preservem funções vitais de apoio do ecossistema deve ser mantido ou promovido. O desenvolvimento sustentável deve assegurar que estas funções sejam transferidas sem dano às futuras gerações. A sustentabilidade não será obtida se o capital natural for aviltado, incapacitando o ecossistema de gerar os serviços que permitam aos humanos realizar a satisfação de suas necessidades. A noção de desenvolvimento sustentável representa uma alternativa ao conceito de crescimento econômico, indicando que, sem a natureza, nada pode ser produzido de forma sólida. Ela mostra o que é *possível* do ponto de vista puramente material, o que deve ser confrontado com a aspiração de mais e mais riqueza que, na sociedade moderna de hoje, constitui o que é *desejável*. Possibilidades são dadas por fronteiras de produção. A natureza deve ser a referência para a escolha da escala ótima das atividades econômicas que se contenham dentro daquelas fronteiras. Evidentemente, o ponto preciso onde a economia se localizará depende de considerações morais atinentes aos interesses de gerações presentes e futuras. É dever do governo avaliara as preferências da sociedade em tal contexto e agir para colocar a realização das aspirações da presente geração em harmonia com as aspirações de nossos descendentes. Cavalcanti, C. (1997).

Nota-se, com exposto acima que o debate acerca de um novo papel do Estado ainda se encontra em fase de maturação, sem muitas conclusões concretas de qual seria o "modelo ideal". Cabe à sociedade se mobilizar de modo a contribuir construtivamente para este debate, rompendo de modo definitivo com os padrões de dependência que

norteiam as suas relações com o poder estatal. Ainda que nas sociedades latino-americanas a participação da população neste tipo de discussão não seja um hábito comum, talvez as mudanças vultosas engendradas pelo processo de globalização possam dar novo estímulo a um novo comportamento, mais participativo. Esta mudança comportamental é premente, dadas as incertezas do atual papel e poderio do Estado, como uma forma de garantir a defesa dos interesses da sociedade em busca de um processo de desenvolvimento efetivamente sustentável, equilibrado e duradouro. Guaragni, M. V. (2000).

Em contraponto, a demanda crescente por energia que está fortemente relacionada à expansão da produção de bens eletro intensiva, como o alumínio e a celulose, que consomem muita energia e água, recursos que são também exportados quando estes produtos são vendidos para fora do país. A maior quantidade de energia elétrica produzida no Brasil provém de usinas hidrelétricas (cerca de 95%). Já em regiões rurais e mais distantes das hidrelétricas centrais, têm-se utilizado energia produzida em usinas termoeletricas e em pequena escala, a energia elétrica gerada da energia eólica. A energia animal apresenta um considerável destaque no meio rural, principalmente quando as áreas trabalhadas apresentam uma planimetria irregular e uma altimetria acentuada, o que é muito comum dentro das áreas da agricultura de base familiar. Ali ela pode ser notada principalmente no uso da tração animal pelos agricultores, que utilizam equinos e bovinos para realizar trabalhos de aração e gradagem. Há também a utilização de conjuntos de animais de carga e de tração que acabam por contribuir para um avanço, sobretudo nos trabalhos agrícolas e no transporte terrestre. Apesar de não ser muito comum, a utilização da energia animal não é exclusiva do meio rural. Sua utilização ganha espaço em outros ramos como na prestação de serviços a terceiros e na parceria com outros métodos a fim de se gerar energia elétrica, conforme segundo Leandro et al. (2010).

O desenvolvimento sustentável não deve ser apresentado na forma como um slogan político. As condições ambientais já estão bastante prejudicadas pelo padrão de desenvolvimento e consumo atual, deste modo, o desenvolvimento sustentável pode ser uma resposta aos anseios da sociedade. A sustentabilidade consiste em encontrar meios de produção, distribuição e consumo dos recursos existentes de forma mais coesiva, economicamente eficaz e ecologicamente viável. Um dos desafios da sustentabilidade ambiental urbana é a conscientização de que esta é um processo a ser percorrido e não algo definitivo a ser alcançado. A busca por uma conceituação urbana sustentável trás

consigo uma série de proposições e estratégias que buscam atuar em níveis tanto locais quanto globais. Priorizar o desenvolvimento social e humano com capacidade de suporte ambiental, gerando cidades produtoras com atividades que podem ser acessadas por todos é uma forma de valorização do espaço incorporando os elementos naturais e sociais, em conformidade com Barbosa (2008).

De fato, conforme Epiphânio, P. P. D. & Araujo, H, B, (2008), quando olhamos a nossa volta e vemos o estado do ser humano, notamos que o grande problema humano é moral e ético. Quando não se valoriza a vida, o ser humano e conseqüentemente o ambiente onde se vive, não há regras que possam ser impostas. Desse modo a arrogância predomina e o desejo incansável de cada vez ter mais, de uma forma que degrada. Para tanto, sustentabilidade é mais do que relatórios, estatísticas, ou projetos, é uma mudança naquele que está causando a destruição do seu próprio habitat, o homem. É, em muitos casos, uma reflexão de valores, da moral e da ética. Quando vemos o estado moral das nações, a corrupção sem medida, a busca pelo lucro de qualquer maneira burlando o fisco, atropelando o mais fraco, como podemos falar de desenvolvimento sustentável? Para que todas as formas de relação do homem com a natureza ocorram com o menor dano possível ao ambiente em que vivemos, as políticas, os sistemas, devemos nos perguntar: qual é a nossa consciência dos verdadeiros valores da vida?

Conclusão

A maior parte destes autores apresenta em seus trabalhos, alguma similaridade entre si, quando escrevem que pode sim, o termo sustentabilidade manter no espaço de tempo a idéia de desenvolvimento hegemônico. Eu acabo pensando da mesma forma e vou de encontro ao pensar dos demais, pois este termo “sustentabilidade” esta na boca do povo, onde alguns aproveitam a terminologia para engordar a conta bancária, enquanto outros falam em sustentabilidade mesmo não sabendo realmente o significado, pois não conhecem com clareza este conceito, que ainda precisa ser lapidado para então realmente informar e ter maior clareza do seu significado, como recorda Baroni (1992), quando relata que a idéia do desenvolvimento sustentável fica no plano dos discursos, não explicitando a realidade atual dos conflitos sociais e econômicos pelo uso dos recursos naturais, onde este conhecimento científico é inexistente nos dias de hoje, para dar conta de informações exatas e com segurança das decisões que envolvem o

ambiente e a qualidade de vida do homem. Uns poucos que já apresentam algum conhecimento desta idéia ficam inconformados da forma como este termo está ficando vulgarizado, quando vinculado ao global.

Referências Bibliográficas

ANDERSSON, F. S. ANDERSSON, N. L. M. **A SEGURANÇA ALIMENTAR PROMOVIDA POR AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES ATRAVÉS DE CONDICIONANTES DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL** 3º Simpósio de Segurança Alimentar, Florianópolis/SC 2010.

BARBOSA, G. S. **O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL** Revista Visões 4º edição, nº 4. Volume 1 – janeiro/junho 2008.

BARONI, M. **AMBIGÜIDADES E DEFICIÊNCIAS DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**. Revista de administração de Empresas. São Paulo, p. 14-24 Abril/junho 1992.

CAVALCANTI, C. **MEIO AMBIENTE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E POLÍTICAS PÚBLICAS**. Curso Agenda 21 Embratel (1997).

COSTABEBER, J. A. e CAPORAL, F. R. **POSSIBILIDADES E ALTERNATIVAS DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL** Texto base da palestra proferida pelo primeiro autor durante o “I Congresso Internacional sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável”, realizado no Auditório do Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 02 a 03.12.2002.

EPIPHÂNIO, P. P. D. & ARAUJO, H. B. **É O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, SUSTENTÁVEL? (UMA ANÁLISE CRÍTICA A TODA A RETÓRICA QUE SE TEM FEITO EM TORNO DO TEMA)**. Revista Científica Eletrônica de Engenharia Florestal – ISSN 1678 – 3867 Periodicidade semestral Edição nº 11 Fevereiro de 2008.

FONSECA, I. F. da & BURSZTYN, M. **MERCADORES DE MORALIDADE: A RETÓRICA AMBIENTALISTA E A PRÁTICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**. Ambiente e Sociedade Campinas v. x, n. 2 p. 171-188 julho-dezembro 2007.

GONÇALVES, C. W. P. **A GLOBALIZAÇÃO DA NATUREZA E A NATUREZA DA GLOBALIZAÇÃO**. Civilização Brasileira – Rio de Janeiro 2006.

GUARAGNI, M. V. **O NOVO PAPEL DO ESTADO COMO ATOR DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL** - UniFAE – Centro Universitário (2000).

LAVORATTI, C. **RACIONALIDADE URBANO INDUSTRIAL: A ÚNICA POSSÍVEL?** Emancipação, 2(1): 75-103, 2002.

LEANDRO, A. et al. A. **UTILIZAÇÃO DE RECURSOS ENERGÉTICOS - ENERGIA ANIMAL** - universidade federal do vale do são francisco graduação em engenharia agrícola e ambiental Juazeiro, BA 2010.

LEFF, E. RACIONALIDADE E FUTURO: **PROSPECTIVAS E PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**. México. Cortez, Dezembro 2002.

MOURA, S. L. F. G. D. **CONSUMO SUSTENTÁVEL: MUITO ALÉM DO CONSUMO VERDE**. XXXI Encontro da ANPAD Rio de Janeiro 22 a 26 de setembro de 2007.

O conceito de Sustentabilidade e Desenvolvimento sustentável. WWW.CATALISA.ORG.BR/.../30-O-CONCEITO-DE-SUSTENTABILIDADE-E-DESENVOLVIMENTO acesso em 16/09/2012.

OLIVEIRA, G. B. de. **UMA DISCUSSÃO SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO**. Revista da FAE Curitiba, v. 5, n. 2. P. 37-48, maio/agosto 2002.

Portal da sustentabilidade www.SUSTENTABILIDADE.org.br/ acesso em 16/09/2012.

PORTILHO, F. **SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, CONSUMO E CIDADANIA**. São Paulo Cortez 2005.

SILVA, M. das G. **QUESTÕES AMBIENTAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**: um desafio ético-político ao serviço social. São Paulo: Cortez, 2010.

Sustentabilidade pt.wikipedia.org/wiki/SUSTENTABILIDADE acesso em 16/09/2012.

WOORTMANN, K. A. **MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**. Série Antropológica Brasília 1992.